

# POBREZA E DESIGUALDADES





Foto: Fahad Kaizer/UN Women

O combate à pobreza e às desigualdades é uma questão de direitos humanos, dado a interligação destas com vários direitos políticos, económicos, sociais e culturais. Sem uma redução considerável da pobreza e das desigualdades, não será possível assegurar a dignidade humana e promover uma verdadeira transformação, nem realizar a visão ambiciosa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

## O QUE ESTÁ EM CAUSA?

A pobreza é **multidimensional nas suas causas e efeitos**. Em todas as sociedades, as populações mais pobres têm maiores dificuldades em garantir o acesso a uma alimentação adequada e nutritiva ou a serviços básicos como a eletricidade ou o saneamento básico, têm condições de habitação mais frágeis, trabalhos com maior precariedade e menor proteção social, geralmente têm níveis educacionais mais baixos e pior desempenho escolar, bem como piores condições de saúde. Estes fatores interligam-se entre si e alimentam **círculos viciosos** difíceis de romper, que geram exclusão social e perpetuam desigualdades.

A pobreza não se esgota na escassez de rendimentos e recursos financeiros - constitui um fenómeno complexo que **incorpora desigualdades no acesso** a bens materiais e imateriais, como:

- ▶ o **abuso ou negação de direitos humanos fundamentais**
- ▶ a garantia de proteção e segurança
- ▶ o acesso a informação
- ▶ o trabalho digno
- ▶ a participação nos processos de tomada de decisão
- ▶ o acesso e posse de recursos naturais
- ▶ o acesso a serviços básicos como a educação e a saúde

A nível global, países com maiores índices de pobreza são também os que têm sistemas de educação e saúde mais frágeis, onde os fenómenos de fome e insegurança alimentar são mais graves, que registam maiores desigualdades de género, ou taxas de mortalidade infantil ou materna mais elevadas. Muitos destes países encontram-se presos numa **"armadilha da pobreza"**, não conseguindo gerar os recursos necessários ao seu desenvolvimento nem tendo capacidades - financeiras, técnicas, institucionais - suficientes e adequadas para responder a esses desafios, o que por sua vez não permite romper esse ciclo.

A pobreza é um **fator violador da dignidade humana e um grande obstáculo à liberdade individual e coletiva**, bem como o mais insidioso fator de desigualdade, porque agrava todos os outros. Por outro lado, as desigualdades constituem um obstáculo à redução da pobreza e têm impactos perniciosos no desenvolvimento ao nível económico, social, humano e até ambiental.

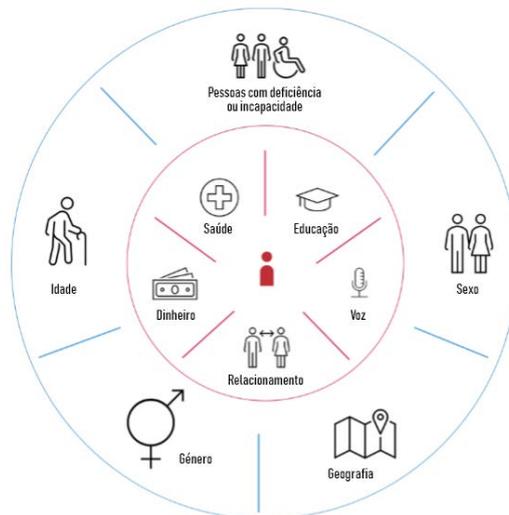
Assegurar que

**O CRESCIMENTO BENEFICIA OS CIDADÃOS E,  
PARTICULARMENTE, OS MAIS VULNERÁVEIS E DESFAVORECIDOS**

**é uma questão de justiça social.**

As desigualdades podem ser **verticais** (desigualdades de riqueza e de rendimentos) e **horizontais** (desigualdades entre grupos sociais, nomeadamente de género, idade, etnia, origem racial, religião, nacionalidade, orientação sexual, deficiência, bem como desigualdades espaciais – p. ex. entre zonas urbanas e rurais). Estas podem entrecruzar-se e são cumulativas entre si. Por exemplo, numa sociedade, a proporção de pessoas negras em situação de pobreza é geralmente maior do que a de pessoas brancas, bem como da população migrante face à nacional, assim como a taxa de pobreza tende a ser maior nas mulheres do que nos homens – o que é agravado se coexistirem vários fatores de desigualdade (p. ex. uma mulher, pobre, negra, migrante). É, portanto, fundamental, dar especial atenção a **políticas e medidas que combatam a intersecção entre múltiplas desigualdades e discriminações** que se reforçam mutuamente e perpetuam círculos de pobreza e exclusão social, de forma a ter um maior impacto nas necessidades específicas dos grupos mais vulneráveis.

Um dos principais avanços no pensamento sobre pobreza e desigualdades nas últimas décadas foi a constatação e compreensão de que **estes não são fenómenos inevitáveis, acidentais, ou que dependam da vontade individual**.



*Como a escravatura ou o apartheid, a pobreza não é natural. Ela foi criada pelo homem e, por isso, pode ser erradicada e superada por meio de ações humanas. Erradicar a pobreza não é um ato de caridade, mas de justiça.*

**NELSON MANDELA**



Foto: UN Photo/John Isaac

Por um lado, **a sociedade e local onde se nasce e vive** tem um papel importante nas oportunidades de desenvolvimento do potencial individual de cada um, bem como nas **perspetivas de vida e de mobilidade social, condicionando-as ou promovendo-as**. Apesar de a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** estabelecer que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, esse é um desígnio fundamental a almejar, mas ainda não uma realidade. É fácil comprovar que uma pessoa que nasça num dos países mais pobres e vulneráveis do mundo não tem as mesmas vivências, perspetivas e oportunidades do que num país dito desenvolvido. A pobreza influencia que tipo de oportunidades de escolha que temos (ou sequer se as temos), bem como a capacidade de realização dos nossos sonhos individuais e coletivos (e mesmo o tipo de sonhos e objetivos que temos). Nesse sentido, a interrupção dos ciclos viciosos da pobreza e desigualdade, nas suas variadas dimensões, é um fator crucial para o sucesso dos processos de desenvolvimento e deve estar no centro das políticas públicas.

Por outro lado, a pobreza e as desigualdades são resultado de barreiras estruturais que têm a ver com **escolhas políticas e económicas deliberadas**, pelo que também podem ser combatidos e revertidos através de políticas coerentes e medidas concretas – designadamente, que promovam a redistribuição da riqueza e a mobilidade social, a igualdade de oportunidades e de resultados, a eliminação de políticas e práticas discriminatórias, o acesso alargado a serviços sociais básicos, o trabalho digno e a proteção social, o apoio aos mais vulneráveis, entre outras.

Sabemos que existem atualmente recursos financeiros suficientes no mundo para erradicar a pobreza. No entanto, as **questões de poder e de domínio** são centrais para a compreensão e funcionamento de vários sistemas globais – como o sistema agroalimentar mundial, o sistema comercial, os sistemas financeiros, o sistema de conhecimento e tecnologia – e, conseqüentemente, para a perpetuação de relações de desigualdade a nível mundial. Daí que, embora as desigualdades medidas em termos de rendimento não tenham piorado substancialmente, outros tipos de desigualdades assumem cada vez mais preponderância, como é o caso das desigualdades tecnológicas e digitais, que determinam muitas outras (p. ex. o acesso a uma educação e saúde de qualidade, como se verificou durante a pandemia).



Foto: Shutterstock



Foto: UNICEF

O contexto atual parece não favorecer o combate à pobreza e às desigualdades, particularmente nos países mais pobres e vulneráveis, com tendências preocupantes que incluem:

- i. a combinação dos impactos da pandemia de COVID-19 com a confluência de várias crises a nível internacional (como os efeitos da crise climática e dos conflitos violentos), que mantêm milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade;
- ii. o agravamento da **inflação**, principalmente em bens essenciais como alimentos e energia, e as **disrupções** nas cadeias de valor;
- iii. a perpetuação de uma fragilidade económica estrutural de muitos países que afeta o investimento público em setores sociais e produtivos, combinada com o aumento do **endividamento** e as **dificuldades acrescidas em obter financiamento internacional** para o seu desenvolvimento;
- iv. as discriminações e violações de direitos humanos, incluindo dos direitos dos migrantes ou a persistência de práticas discriminatórias e violência sobre as mulheres, e a pressão crescente sobre os direitos humanos e as liberdades fundamentais no mundo.

Além disso, nos últimos anos, muitos países apresentam **lacunas consideráveis entre os compromissos políticos e a respetiva implementação**, em especial nos campos da justiça económica, dos direitos, da proteção social, ou da igualdade de género.

É necessário, portanto, uma **visão mais integrada do combate à pobreza e às desigualdades**, em que o desenvolvimento incorpore, de forma equilibrada, as suas dimensões económica, social e ambiental, e em que as relações de poder sejam equacionadas de forma a conferir **capacidade de decisão àqueles que mais são afetados por essas decisões**. A luta contra a pobreza passa também por encontrar soluções concretizáveis e **adaptadas aos diferentes contextos e territórios**.

## EM QUE PONTO ESTAMOS?

A maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privação e uma quantidade ainda considerável vê negado o seu direito à satisfação das necessidades elementares mais básicas. Os números da pobreza e desigualdades no mundo revelam várias tendências:

**a. A pobreza extrema diminuiu nas décadas anteriores, mas muitos estão a ser deixados para trás.**

Entre 1990 e 2019, as taxas de pobreza extrema a nível global melhoraram substancialmente. Mas os resultados de redução da pobreza **estiveram concentrados maioritariamente nos dois países mais populosos** do mundo: na China e, mais recentemente, na Índia. Em **África**, as taxas de pobreza continuam a aumentar. Em 1990, 15% das pessoas em situação de pobreza extrema no mundo viviam em África, mas em 2019 este já era o continente onde estavam **60% das pessoas mais pobres**. O alto crescimento populacional, conjugado com uma distribuição desigual dos ganhos económicos, levaram ao aumento do número de pessoas em situação de pobreza, apesar das altas taxas de crescimento económico em vários países africanos.

Em 2030, prevê-se que a pobreza extrema se concentre ainda mais nos países da África Subsaariana (dos 10 países com maiores taxas de pobreza no mundo, 9 serão nesta região) e em países frágeis e afetados por conflitos (60% das pessoas mais pobres viverão nestes países). Isto significa que **a pobreza se concentrará, cada vez mais, em contextos mais complicados e onde é mais difícil de eliminar.**

Mais de metade das pessoas em situação de pobreza extrema viverão em Países Menos Avançados<sup>1</sup> (em comparação com 31% em 2010), ou seja, países que têm múltiplas vulnerabilidades estruturais, a nível económico e social, e que têm adicionalmente registado uma trajetória de divergência, o que significa que **estão a ser deixados para trás.**

<sup>1</sup> Segundo a classificação das Nações Unidas, PMA são países de rendimento baixo que se confrontam com os mais graves impedimentos estruturais ao seu desenvolvimento sustentável. A categoria, que é alvo de revisão a cada três anos, abrange atualmente 46 países, a maioria situados na África Subsaariana. A lista inclui atualmente 46 países, a maioria na África Subsaariana.



Foto: Shutterstock

Por último, é preciso salientar que o limiar de pobreza extrema (2,15 USD/dia) parece demasiado baixo para assegurar o mínimo das necessidades básicas, mesmo nos países mais pobres. Mesmo que o ODS 1 – **Erradicar a pobreza extrema no mundo** – fosse atingido, a maioria da população mundial continuaria a estar numa situação real de pobreza. Atualmente, **cerca de metade das pessoas do mundo vive com menos de 6,85USD/dia**, o que representa uma situação inaceitável face à riqueza gerada, bem como uma grande preocupação para as perspetivas futuras de assegurar uma vida digna para todos.



Foto: Shutterstock

## b. A desigualdade de rendimentos tem estado ligada a uma concentração da riqueza a nível global.

As disparidades de riqueza no mundo são muito pronunciadas. Segundo dados de 2022, 50% da população mundial adulta, ou 2,6 mil milhões (*"bottom 50%"*), detém apenas 1% da riqueza, percentagem esta que tem permanecido estagnada nas últimas duas décadas. As desigualdades são também gritantes em critérios diretamente ligados à pobreza: 2,2 mil milhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso a água potável segura e cerca de 675 milhões não tem acesso a eletricidade.

Pelo contrário, os 10% mais ricos do planeta detêm 81% da riqueza. A maior fatia da riqueza gerada nos últimos anos tem ido, especificamente, para os 1% mais ricos, revelando uma tendência de reforço da concentração da riqueza e alertando para um paradigma económico que não beneficia a maioria nem gera desenvolvimento. Os efeitos da pandemia vieram reforçar esta tendência e fazer disparar o número de milionários (62,5 milhões de pessoas, mais de um terço vivem nos Estados Unidos) e, especialmente, do grupo de ultra-ricos<sup>2</sup>, que aumentou mais de 50% só em 2020 e 2021.

Isto tem originado contestação por parte de várias organizações e movimentos, que advogam medidas para **reduzir a desigualdade e reforçar uma economia que funcione para as pessoas**. Os multimilionários têm recursos para impactar na vida de muitos milhões de pessoas, pelo que, entre as medidas possíveis, se defende uma taxa justa que corresponda a um contributo proporcional. Um imposto de 5% sobre os ultra-ricos permitiria gerar recursos suficientes para tirar da pobreza 2 mil milhões de pessoas.



Foto: UN Photo/Logan Abassi



Foto: Adrian Catalin Lazar / Getty Images

## c. Os recentes impactos da pandemia e das várias crises estão a gerar um retrocesso dos progressos da luta contra a pobreza.

A pandemia de COVID-19 levou ao maior aumento da pobreza e das desigualdades no mundo desde 1990 pelo menos, e com efeitos desproporcionais nos países mais pobres e vulneráveis. Alguns economistas apontam que a década de 2020 pode ser *"uma década perdida"* - usando a expressão utilizada para a década de 1980, em que muitos países em desenvolvimento registaram uma estagnação ou agravamento das condições de vida - se não forem tomadas medidas urgentes.

Entre 2020 e 2022, a confluência de crises - subida dos preços, guerra na Ucrânia, urgência climática - colocou mais 75 a 95 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema. Se considerarmos o limiar intermédio de 3,65 USD/dia, a combinação dos efeitos da pandemia com as pressões dos preços e da dívida fez com que, só entre 2020 e 2023, mais 165 milhões de pessoas ficaram em situação de pobreza. Os níveis da desigualdade entre países também aumentaram, num conjunto de efeitos que poderão ser sentidos por mais de uma década (PNUD, 2020).

A invasão da Ucrânia tem tido reflexos preocupantes também no agravamento da insegurança alimentar em regiões do mundo já com altas taxas de pobreza (particularmente em várias zonas de África) pelo efeito de aumento dos preços da alimentação, fertilizantes e energia. O impacto é, mais uma vez, sentido de forma desproporcional pelas populações dos países mais pobres e vulneráveis, uma vez que despendem uma proporção maior do seu rendimento em bens essenciais como alimentação e energia e não dispõem de poupanças para amortizar os efeitos da subida dos preços. O número de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou severa aumentou 350 milhões entre 2020 e 2022.

A manterem-se as tendências atuais, em 2030 estima-se que: cerca de 600 milhões de pessoas permanecerão numa situação de pobreza extrema, o número de pessoas em situação de subnutrição será maior do que em 2015 (cerca de 665 milhões), existirá um aumento do número de pessoas em situação de pobreza extrema na África Subsaariana (ASS) e nos países menos avançados (PMA), 1 em cada 10 pessoas não terá acesso a água potável (1 em cada 3, na ASS e nos PMA) e mais de 1 em cada 5 pessoas não terá saneamento básico (2/3 das pessoas na ASS e nos PMA).

<sup>2</sup> Milionários = riqueza acima de 1 milhão USD; Ultra-ricos = riqueza acima de 50 milhões USD.

*Poverty is a moral indictment of our times. For the first time in two decades, extreme poverty is on the rise. A lopsided recovery is further deepening inequalities between the global North and South. Solidarity is missing in action – just when we need it most. (...) The recovery must be transformative – because we cannot go back to the endemic structural disadvantages and inequalities that perpetuated poverty even before the pandemic.*

**ANTÓNIO GUTERRES,**  
SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS,  
no Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de outubro), 2021

## COMPROMISSOS

### DIMENSÃO GLOBAL

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Centrada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030 é um quadro político transformador que pretende erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável a nível mundial, representando um equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento.

“Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (...) Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. (...) Nós podemos ser a primeira geração a ter sucesso em acabar com a pobreza.”



**ODS 1** – Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



**ODS 10** – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

### AGENDA DE AÇÃO DE ADIS ABEBA (AAAA)

Aprovada na 3ª Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento, em 2015, define uma nova parceria global para o desenvolvimento sustentável. Ligada aos meios de implementação na Agenda 2030, a AAAA engloba disposições sobre (i) o aumento e reforço de parcerias multi-atores, (ii) os financiamentos para o desenvolvimento a todos os níveis e (iii) a cooperação numa grande diversidade de questões, como a tecnologia, ciência, inovação, comércio e reforço de capacidades, com vista a canalizar mais e melhores recursos para erradicar a pobreza, promover o crescimento inclusivo e um sistema económico global equitativo, em respeito pelos Direitos Humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

### UNIÃO EUROPEIA



### DIMENSÃO INTERNA: PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aprovado em 2017, e o Plano de Ação até 2030 (2021) estabelece 20 Princípios sobre as condições de trabalho justas, a proteção e inclusão social, e a igualdade de oportunidades. Nas várias metas definidas até 2030, inclui-se a diminuição, em 15 milhões, do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE, com vários indicadores monitorizados (ver os dados para Portugal).

## DIMENSÃO EXTERNA: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

O *Tratado de Lisboa* (2009) define que a ação externa da União pretende “apoiar o desenvolvimento sustentável nos planos económico, social e ambiental dos países em desenvolvimento” (art.º 21, d.) e que o objetivo principal da política em matéria de cooperação para o desenvolvimento “**é a redução e, a prazo, a erradicação da pobreza**” (art.º 208)

O *Consenso Europeu para o Desenvolvimento* (2017), que constitui o documento enquadrador da política de desenvolvimento da UE, salienta o empenho da UE e dos seus Estados membros “em dar a todos uma vida digna que concilie a prosperidade e a eficiência económicas, sociedades pacíficas, a inclusão social e a responsabilidade ambiental. Deste modo, os esforços serão orientados para erradicar a pobreza, reduzir as vulnerabilidades e combater as desigualdades de forma a garantir que ninguém fique para trás”.

Neste âmbito, inclui compromissos como: o apoio a sistemas de proteção social eficientes, sustentáveis e equitativos; o reforço dos instrumentos e abordagens de modo a torná-los mais eficazes no combate à desigualdade, bem como a integração da redução das desigualdades na cooperação para o desenvolvimento; o compromisso em abordar as causas profundas dos conflitos, onde se incluem a exclusão social e as desigualdades; ou o apoio à mobilização dos recursos nacionais para apoiar os esforços de todos os países na redução da pobreza.

## PORTUGAL



**PORTUGAL  
MELHOR**  
ESTRATÉGIA NACIONAL  
DE COMBATE À POBREZA

### ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA 2021-2030

A *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030* e o seu primeiro *Plano de Ação (2022-2025)* prevê mais de 270 medidas para, entre outras metas, fazer baixar a taxa de risco de pobreza para os 10% em 2030. Em 2022, **20,1% da população portuguesa, ou cerca de 2 milhões de pessoas**, vivia em situação de pobreza ou exclusão social. A estratégia enquadra-se ainda no desafio estratégico de redução das desigualdades em Portugal: em 2022, foi 6º país mais desigual da UE quando temos em conta a distribuição dos rendimentos de toda a população (coeficiente de Gini).

As medidas estão organizadas em seis eixos estratégicos:

- ▶ reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;
- ▶ promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;
- ▶ potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza;
- ▶ reforçar as políticas públicas de inclusão social e promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos;
- ▶ assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local;
- ▶ fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.



**PORTUGAL  
MAIS IGUAL**  
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA  
A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO  
2018 - 2030

### A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO, 2018-2030

A *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, 2018-2030* apoia-se em 3 Planos de Ação, que estão atualmente em vigor para o período 2023-2026:

- ▶ Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
- ▶ Plano de Ação para a prevenção e o combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica
- ▶ Plano de Ação para o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais



**ESTRATÉGIA  
DA COOPERAÇÃO  
PORTUGUESA  
2030**

### ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA 2030

A *Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030* (ECP 2030) define que a missão da política de Cooperação Portuguesa consiste na **erradicação da pobreza, no combate às desigualdades** e na promoção de um **desenvolvimento global equitativo, inclusivo e sustentável**, assente no respeito pela dignidade humana e sem deixar ninguém para trás.

O **desenvolvimento humano** é o enfoque temático central da cooperação para o desenvolvimento, cujas prioridades estão plenamente alinhadas com os ODS. Em termos geográficos, a Cooperação Portuguesa continua a centrar-se nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, priorizando também os países parceiros que mais necessitam de ajuda, como os PMA, os pequenos estados insulares e os países em situação de fragilidade.

## O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA GLOBAL

A Educação para o Desenvolvimento (ED) é uma das 3 dimensões da política de cooperação portuguesa. Promove **valores e atitudes de solidariedade e justiça** que devem caracterizar uma cidadania global responsável.

A ED tem como uma preocupação central a consciencialização sobre e a mobilização para a alteração das **condições estruturais geradoras de pobreza, exclusão e desigualdades sociais**, as quais afetam, com particular severidade, as populações do Sul global.

Como refere a *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)*, a ED coloca em evidência as relações de interdependência no con-

texto internacional e aborda especificamente as relações de poder e o seu impacto em termos de **assimetrias socioeconómicas globais, nacionais e locais**. Dessa forma, permite **reconhecer e combater dinâmicas estruturais de exclusão e de desigualdade**.

Ao promover a formação integral das pessoas, o desenvolvimento do pensamento crítico e eticamente informado, e a participação cidadã, a ED constitui uma poderosa ferramenta para **desconstruir estereótipos e defender a não discriminação, a igualdade e a dignidade de todos**, com vista ao objetivo último da **transformação social**.



Foto: UN Women

# É TEMPO DE AGIR

O combate à pobreza e às desigualdades passa por assumirmos que este não é apenas um problema de alguns, mas um desafio de todos. É preciso mobilizar toda a sociedade, a nível individual e coletivo, para a urgência e a responsabilidade de agir, para que todos possam ter uma vida digna.



## INVESTE NO CONHECIMENTO E NA CONSCIENCIALIZAÇÃO

- ▶ Mantem-te informado sobre a realidade da pobreza e das desigualdades no mundo, procurando fontes fidedignas e atualizadas.
- ▶ Informa-te sobre os teus direitos e sobre os compromissos existentes nesta área, a nível local, nacional e global.
- ▶ Espalha o conhecimento, informa aqueles que conheces, introduz o tema nos encontros com outras pessoas e nos meios onde estudas ou trabalhas, participa em debates, partilha websites e documentos, motiva outros a agir.
- ▶ Questiona os teus “pré-conceitos” e analisa as decisões que tomas no dia-a-dia (será que estão a promover a igualdade, ou a replicar padrões de discriminação?). Questiona também os estereótipos veiculados pelos media sobre os grupos sociais mais pobres ou discriminados.



## FAZ OUVIR A TUA VOZ

- ▶ Não fiques indiferente a desigualdades ou injustiças que testemunhas no dia-a-dia, em palavras ou em atos: dá opinião, chama a atenção, denuncia.
- ▶ Participa em demonstrações de apoio a causas ligadas à redução da pobreza e promoção da igualdade (petições, manifestações, campanhas)
- ▶ Chama os decisores às responsabilidades pela implementação de políticas e legislação nestas áreas, particularmente no apoio aos mais pobres e vulneráveis (p. ex. contactando os deputados à Assembleia da República, o executivo municipal, responsáveis de ministérios ou instituições relevantes, responsáveis da União Europeia, etc.)



## DEMONSTRA DIRETAMENTE O TEU APOIO

- ▶ Pratica a solidariedade no dia-a-dia, promove a empatia e a partilha - de recursos, de saberes, de experiências.
- ▶ Apoia financeiramente projetos, causas, organizações que contribuem para a redução da pobreza e das desigualdades.
- ▶ Faz voluntariado e doa o teu tempo e/ou competências específicas a uma organização, causa ou projeto que trabalhe com os mais pobres e vulneráveis.

# FICHA TÉCNICA

**Autoria:** Patricia Magalhães Ferreira  
Ficha de ação da Campanha tODxS que promove uma consciência crítica, informada e empenhada do processo de Desenvolvimento Global.

Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade da autora e não podem, sob qualquer circunstância, ser considerados como refletindo posições do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P..



 [campanha\\_todxs](https://www.instagram.com/campanha_todxs)

Atores do Desenvolvimento:



Cofinanciamento:



[campanhatodxs.pt](https://www.campanhatodxs.pt)